



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política:
“Ciência Política e a Política: Memória e Futuro”

30 de agosto a 02 de setembro de 2016, Belo Horizonte

Área temática: Pensamento Político Brasileiro

REVISITANDO O DEBATE SOBRE A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Maíra Machado Bichir - UNILA

Patrícia Rocha Lemos - UNICAMP



10º ENCONTRO

CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO

Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Resumo:

O debate em torno da problemática da revolução burguesa no Brasil ocupou intelectuais da academia brasileira, bem como militantes políticos de diversos partidos de esquerda, ao longo do século XX. As discussões acaloradas sobre a interpretação da realidade brasileira, de sua formação social e de suas estruturas econômicas e políticas, protagonizadas por estudiosos de diferentes esferas, estavam, muitas vezes, associadas à definição do caráter da revolução no Brasil, tema de destacada polêmica nas reflexões dos autores brasileiros e que se refletia na práxis política adotada por organizações de esquerda em todo o país. No presente artigo, pretendemos discutir cinco importantes interpretações dessa temática, produzidas por intelectuais brasileiros em diferentes momentos e com significativas distinções entre si. Nossa reflexão estará orientada pelas seguintes questões: É possível afirmar que houve uma revolução burguesa no Brasil? Se sim, em que momento ela teria ocorrido? Quais setores ou classes sociais impulsionaram tal revolução? Qual foi o papel do Estado nesse processo? Quais os seus impactos na realidade brasileira? Embora possamos situar as cinco perspectivas no interior de problemáticas distintas, foi possível estabelecer um diálogo entre elas, atentando para os elementos centrais de suas análises e para suas particularidades. Referimo-nos às concepções desenvolvidas pelos seguintes autores: Caio Prado Jr, Boris Fausto, Luiz Werneck Vianna, Décio Saes e Carlos Nelson Coutinho.

Palavras-chave: revolução burguesa; Brasil



Introdução

O debate em torno da problemática da revolução burguesa no Brasil ocupou intelectuais da academia brasileira, bem como militantes políticos de diversos partidos de esquerda, ao longo do século XX. As discussões acaloradas sobre a interpretação da realidade brasileira, de sua formação social e de suas estruturas econômicas e políticas, protagonizadas por estudiosos de diferentes esferas, estavam, muitas vezes, associadas à definição do caráter da revolução no Brasil, tema de destacada polêmica nas reflexões dos autores brasileiros e que se refletia na práxis política adotada por organizações de esquerda em todo o país.

No presente artigo, pretendemos discutir cinco importantes interpretações dessa temática, desenvolvidas pelos seguintes autores: Caio Prado Jr, Boris Fausto, Luiz Werneck Vianna, Décio Saes e Carlos Nelson Coutinho. Embora possamos situar as cinco perspectivas no interior de problemáticas distintas, foi possível estabelecer um diálogo entre elas, atentando para os elementos centrais de suas análises e para suas particularidades.

Tendo em vista que toda seleção possui um caráter arbitrário, optamos por analisar autores cujas teses tiveram menor difusão no debate brasileiro em torno da problemática da revolução burguesa no país, e que ao mesmo tempo, possibilitassem conformar um espectro amplo de leituras sobre a realidade brasileira.

Nossa reflexão estará orientada pelas seguintes questões: É possível afirmar que houve uma revolução burguesa no Brasil? Se sim, em que momento ela teria ocorrido? Quais setores ou classes sociais impulsionaram tal revolução? Qual foi o papel do Estado nesse processo? Quais os seus impactos na realidade brasileira?

Caio Prado Jr. e a Revolução Brasileira

Considerado um dos pioneiros na análise da realidade concreta brasileira tendo como concepção teórico-metodológica o materialismo histórico, Caio Prado Jr. desenvolveu



um estudo profundo e original da formação social brasileira, elegendo como um de seus principais interlocutores o Partido Comunista Brasileiro (PCB), partido no qual militou grande parte de sua vida. À luz dos debates que tinham lugar no interior de tal partido, os quais refletiam, por sua vez, a vinculação do PCB à Associação Internacional Comunista e ao Partido Comunista Soviético, Prado Jr. contrapõe-se à tese, presente desde os escritos de Octávio Brandão, de que o Brasil deveria passar por uma revolução democrático-burguesa, na medida em que era necessário superar os resquícios feudais existentes na sociedade brasileira. A essa tese, Prado Jr. oporá sua concepção de sentido da colonização, articulada à defesa contundente da necessidade de uma **revolução brasileira**.

Prado Jr. desenvolve seus estudos tendo como foco a dimensão econômica dos processos que tiveram lugar no país, processos esses que são compreendidos pelo autor como partes integrantes de um todo mais amplo, qual seja o sistema internacional. Partindo da hipótese de que o Brasil é um país em formação, o qual passa por uma transição da colônia para a nação, Prado Jr., ao analisar seu passado colonial, chama a atenção para a existência de uma linha mestra, de um sentido que orientou o desenvolvimento da sociedade brasileira ao longo de toda sua história, denominado por ele “sentido da colonização”. Formada desde o início de sua colonização como uma vasta empresa comercial, orientada para a expansão do mercado europeu, as atividades econômicas, as relações de trabalho e os nexos sociais criados no Brasil se inscreveram em uma lógica especulativa, refletindo o caráter de negócio ao qual tal formação social esteve sujeita. Como afirma Prado Jr.:

(...) Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais do que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para aquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira (PRADO JR., 2010 [1942], p. 30).

Para o autor, essa inserção subordinada e dependente do Brasil ao mercado mundial caracterizará toda a sua evolução, imprimindo traços profundos à sociedade brasileira, dificultando e obstaculizando a formação da nação brasileira. Prado Jr., em “*A Revolução Brasileira*” se remete a transformações significativas na história brasileira decorrentes de



processos como a independência, conformadora do Estado nacional brasileiro e a abolição da escravidão, que elevou o estatuto social do trabalhador, transformando o trabalhador escravo em trabalhador livre e derrubando o obstáculo principal ao “(...) estabelecimento definitivo e à generalização das relações capitalistas de produção” (PRADO JR., 2004, p. 95), já que significou a ativação da economia e o desenvolvimento do mercado interno. Embora tais processos tenham significado alterações substantivas na ordem social, econômica e política brasileiras, Prado Jr. afirma que permanece o sentido da situação colonial: “Indo a fundo do sistema presente, ainda encontraremos por detrás de aparências por vezes enganadoras, o essencial da velha situação da colônia que subordina o funcionamento da economia brasileira e suas atividades, a objetivos e interesses estranhos ao país” (PRADO JR., 2004, p. 100).

A partir de sua análise sobre o sentido da colonização, Prado Jr. critica a tese do PCB de que o Brasil se encontraria em transição do feudalismo para o capitalismo. Tendo em vista a inserção brasileira no mercado mundial desde os primórdios da colonização portuguesa, Prado Jr. argumenta, em uma passagem sobre os países latino-americanos, que

Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina (PRADO JR., 2004, p. 68).

O Brasil, desde o momento de sua inserção no sistema internacional, enquanto colônia produtora, caracterizar-se-ia, nessa concepção, como formação social capitalista. Assim, para Prado Jr., a necessidade de uma revolução democrático-burguesa não se colocaria. As consequências de tal interpretação, que se confrontava diretamente com a tese pecebista, refletiam-se na concepção de revolução de Caio Prado Jr. e em suas perspectivas para a transformação social brasileira. A partir de sua concepção de revolução, entendida pelo autor como

o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais (PRADO JR., 2004, p. 12).

Prado Jr afirma a necessidade de se pensar em uma revolução brasileira. Ao criticar ideias e perspectivas predeterminadas e preconcebidas, “de ordem puramente doutrinária e apriorística”, Prado Jr. se contrapõe à concepção de revolução burguesa. Para ele, a determinação do caráter e da natureza da revolução não deve se dar de maneira encerrada em uma fórmula ou esquema teórico. É fundamental, segundo Prado Jr., que se analise, considere e interprete

a conjuntura econômica, social e política real e concreta, procurando nela sua dinâmica própria que revelará tanto as contradições presentes, como igualmente as soluções que nela se encontram iminentes e que não precisam ser trazidas de fora do processo histórico e a ele aplicadas numa terapêutica de superciência que paira acima das contingências históricas efetivamente presenciadas. (PRADO JR., 2004, p. 16)

Nesse sentido, o autor formula sua concepção de revolução brasileira, sem atribuir necessariamente um caráter a tal revolução. Tal revolução se concentraria na superação dos traços coloniais persistentes na realidade brasileira e na conformação da nação brasileira, reorientando o sentido de sua formação social, fundada, sobretudo, em elementos nacionais e democráticos, dentro dos quais se incluiria a solução da questão agrária brasileira, a subordinação da acumulação de capital aos interesses nacionais e a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras.

Caio Prado Jr. se posiciona no debate sobre a revolução burguesa no Brasil de maneira distinta dos demais autores trabalhados. Para o autor, a formação social brasileira poderia ser caracterizada como capitalista, desde sua colonização. Ao mesmo tempo, Prado Jr. se afasta da problemática da revolução democrático-burguesa, afirmando que ela não teria ocorrido em nenhum momento da história brasileira, nem consistiria em uma etapa necessária pela qual tal país deveria passar.

Décio Saes: A instauração de uma nova problemática

Décio Saes, em “A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)”, inaugura uma nova interpretação acerca da problemática da revolução burguesa no Brasil. O autor realiza um estudo minucioso de um largo período da história brasileira, que abrange desde o século XVI ao final do século XIX, e particularmente os anos de 1888 a 1891, momento



crucial para o desenvolvimento de sua argumentação teórica, no qual o Estado escravista moderno entra em crise. Sua preocupação reside em situar o momento histórico no qual se constitui o Estado burguês¹ no país, bem como em explicitar o papel exercido pela luta de classes nesse processo de transformação política. Se por um lado a análise de Saes se distingue das análises que se concentravam nos aspectos econômico e social da passagem do escravismo moderno ao capitalismo, ressaltando as transformações nas relações de produção, o nascimento da indústria ou a formação de uma classe burguesa, por outro apresenta uma concepção inovadora acerca da caracterização do Estado brasileiro, distinta da de Nestor Duarte, Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Raymundo Faoro, ou mesmo de Octavio Ianni, autores que se debruçaram sobre tal temática. O que confere originalidade à proposta de Saes é a vinculação de sua tese à problemática dos tipos de Estado correspondentes a tipos diversos de relações de produção, problemática distinta daquela discutida por seus interlocutores. Para isso, o autor recorrerá tanto às formulações de Marx e Engels em torno de um conceito geral de Estado e da correspondência entre relações de produção e formas políticas, quanto ao estudo de Nicos Poulantzas, o qual se debruçou sobre a caracterização do Estado de tipo capitalista.

A compreensão da tese de Saes acerca do processo de revolução burguesa no Brasil passa necessariamente por sua definição de revolução burguesa. Saes chama atenção para a necessidade de distinguir entre a revolução política burguesa, ou revolução burguesa no sentido estrito e revolução burguesa em geral, ou revolução burguesa em um sentido amplo. A primeira diz respeito a um “processo qualitativo de transformação da estrutura do Estado” (SAES, 1985, p. 16), cujo resultado é a formação do Estado burguês. Para o autor, tal processo representa um aspecto da revolução burguesa em geral, a qual, por sua vez, abrange um conjunto de aspectos da passagem ao capitalismo, dentre eles, “a formação de novas relações de produção, novas formas de divisão do trabalho, novas classes sociais, uma nova ideologia dominante, uma nova estrutura do Estado” (SAES, 1985, p.16). Nesse sentido, Saes considera que a revolução política burguesa no Brasil ocorreu entre os anos de 1888 e 1891, momento em que têm lugar na história do país a Abolição da Escravatura (1888), a Proclamação da República (1889) e a Assembleia Constituinte (1891), processos por meio dos quais se concretizou a transformação do Estado escravista moderno em Estado burguês. Tal transformação superestrutural teria sido fundamental, na perspectiva de Saes, para que o modo de produção capitalista se tornasse

¹ Décio Saes opta pelo uso do conceito de Estado burguês, em vez de Estado capitalista, por considerar que o primeiro “conota o caráter de classe do Estado e o tipo de dominação de classe que ele reproduz” (SAES, 1985, p. 47), enquanto o segundo pode sugerir uma “relação técnica entre o Estado e o capital” (SAES, 1985, p. 48).



dominante na formação social brasileira, movimento que se consolida apenas após 1930, mediante a progressiva subordinação da agricultura à indústria, completando o processo de revolução burguesa (em sentido amplo) no Brasil.

Saes esclarece que sua análise diverge daquelas teses de tendência “economicista-mecanicista” (1985, p.26) que interpretam a formação do Estado burguês como um reflexo da dominância de relações de produção capitalistas. Na perspectiva do autor,

A correspondência entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas não consiste numa relação causal simples e unívoca entre ambos. (...) Um tipo particular de Estado – o burguês – *corresponde* a um tipo particular de relações de produção – capitalistas –, na medida em que só uma estrutura jurídico-política *específica* torna possível a *reprodução* das relações de produção capitalistas. Essa é a verdadeira relação entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas: *só o Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas* (SAES, 1985, p.26, grifos do autor).

A análise de Saes repousa, de maneira explícita, na concepção de Estado tanto de Poulantzas, quanto de E. B. Pasukanis, na medida em que evidencia a centralidade que tanto o direito, quanto o burocratismo, têm para a conceituação do Estado, entendido por Saes enquanto uma estrutura jurídico-política². Da argumentação de Saes em torno da formação social escravista moderna brasileira, destacamos sua caracterização do Estado. O autor ressalta como elementos fundamentais da estrutura do Estado escravista moderno, a inexistência de uma organização do corpo de funcionários; a proibição do acesso dos membros da classe explorada às tarefas do Estado (postos de decisão ou de responsabilidade) e a inexistência de uma hierarquização das tarefas do Estado segundo o critério da competência. Quanto ao direito escravista, ele é marcado pelo tratamento desigual aos desiguais e sua essência reside, segundo Saes, no “par reconhecimento/negação da capacidade de praticar atos (classificação dos homens em pessoas ou coisas, conforme pertençam à classe exploradora ou à classe explorada)” (SAES, 1985, p. 77). No que tange à sua política, esta se dirigia à conservação das relações de produção e das forças produtivas escravistas.

O processo de desagregação do modo de produção escravista moderno, no qual a transformação da estrutura jurídico-política escravista tem protagonismo, é explicado por Saes a partir da articulação entre uma contradição entre os interesses do capital industrial e os interesses do capital mercantil em nível mundial, em torno da preservação do tráfico

² A concepção de Estado como uma estrutura jurídico-política está presente na obra de Nicos Poulantzas, *Poder Político e Classes Sociais*.



negreiro, e de uma contradição interna à formação social escravista moderna brasileira, que opôs escravos rurais e fazendeiros escravistas, sendo que esta última é considerada pelo autor como a contradição principal, já que teve papel determinante na destruição do Estado escravista moderno no Brasil. Essa contradição interna encontrou seu ponto culminante naquilo que Saes denominou “revolução antiescravista de 1888-1891”, com os processos de Abolição da Escravatura, Proclamação da República e Assembleia Constituinte, produzindo transformações no tipo e na natureza de classe do Estado brasileiro, determinando tanto a formação do direito burguês, quanto a reorganização do Estado segundo os princípios do burocratismo (SAES, 1985). A Abolição da escravatura significou a extinção legal da escravidão e o fim da categoria jurídica de escravo, destruindo o caráter escravista do direito privado imperial. Como afirma Saes,

A Abolição, ao extinguir a categoria jurídica (ordem) do escravo bem como a classificação dos seres humanos em ‘coisas’ (objeto de propriedade) e ‘pessoas’ (proprietários), não apenas liquidou o direito escravista como também determinou a formação do direito burguês. A partir desse ato legal, todos os homens eram considerados como igualmente capazes de praticar atos de vontade, isto é, como sujeitos de direitos (SAES, 1985, 188).

No caso da Proclamação da República e da Assembleia Constituinte, tais processos permitiram que o Estado passasse a se organizar “segundo a *norma fundamental* do burocratismo burguês: a não proibição do acesso às tarefas do Estado de membros da classe explorada” (SAES, 1985, p. 191), já que, como consequência do fim da escravidão, em 1889 os decretos e posturas imperiais que proibiam o acesso daquelas classes às tarefas do Estado perderam vigência.

Saes dedica todo um capítulo à análise do papel de cada classe e fração das classes dominantes e dominadas no processo de formação do Estado burguês no Brasil. Em sua perspectiva, tal processo não teve como motor, nem direção qualquer fração das classes dominantes. Tais papéis foram cumpridos pelas classes populares. Saes afirma que coube à classe dos escravos rurais o papel de força principal e à classe média urbana³ o papel de força dirigente⁴ no processo de transformação do Estado escravista moderno. O autor

³ Para Saes, a classe média consiste no conjunto dos trabalhadores não manuais, “unidos quaisquer que sejam suas ocupações (...) por uma disposição ideológica comum: a de considerar a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual (...) como uma necessidade natural, eterna, e não como um fenômeno histórico (...), tais trabalhadores tendem a defender a valorização sócio-econômica (...) do trabalhador não-manual, baseando-se na suposição de que qualquer hierarquização dos trabalhadores (...) se baseia fundamentalmente nas diferenças de capacidade individual” (SAES, 1985, p. 286).

⁴ Saes recupera os conceitos de força principal e força dirigente de Mao-Tsé-Tung, entendendo por força principal “(...) a classe social capaz de deflagrar, numa determinada conjuntura, uma ação coletiva de massa, sem a qual é impossível – dado o número, a força material e a combatividade dos seus membros – uma determinada



identifica a contradição entre fazendeiros escravistas e escravos rurais como a contradição fundamental no escravismo moderno brasileiro, na medida em que se constituía tanto enquanto “fator determinante, não só da liquidação final das relações de produção escravistas, como também da destruição da superestrutura escravista” (SAES, 1985, p.268). Ao mesmo tempo, chama atenção para a influência que tal contradição exerceu na emergência de uma nova contradição, entre a classe média nascente e o Estado escravista moderno/ classes dominantes escravistas, na medida em que tal classe passou a buscar a valorização do trabalho não manual, fato que lhe era vedado no Estado escravista moderno. Segundo Saes, “só a partir da instauração do direito burguês pareceria existir uma competição, pela conquista das ocupações não manuais, onde o ponto de partida seria o mesmo (igualdade jurídica) para todos os concorrentes” (SAES, 1985, p. 297). O autor sintetiza sua análise acerca do papel das classes populares na formação do Estado burguês no Brasil na seguinte passagem:

Não foram as classes dominantes (apegadas, no seu conjunto, à ideologia escravista), mas sim a classe média nascente (trabalhadores não-manuais) que se fez portadora, na formação social escravista brasileira, da ideologia jurídica burguesa. Movida pelo igualitarismo jurídico-burguês, a classe média reorganizou o movimento de revolta escrava, colocando-o a serviço de seu objetivo político: promover a transformação burguesa do Estado (SAES, 1985, p.346).

Boris Fausto e a revolução de 1930

A obra de Boris Fausto tornou-se uma grande referência da historiografia de 1930. Publicada em 1970, “*A revolução de 1930 – Historiografia e História*” tem como objetivo principal criticar as interpretações anteriores denominadas dualistas, que concebiam como setores antagônicos o arcaico latifúndio e a economia urbano – industrial, considerada esta última a representante dos setores modernos. Em contraposição a essas visões, defendidas nas teses do partido comunista e sistematizadas na obra “*Formação Histórica do Brasil*” de Nelson Werneck Sodré, Boris Fausto dividirá seu livro em três partes.

A primeira parte destina-se à crítica da visão da revolução de 30 como episódio que marca a ascensão da burguesia industrial ao poder. A segunda parte objetiva criticar a tese da revolução de 30 como uma revolução de classe média baseada na caracterização do tenentismo como o representante político desta classe.

transformação política”, e por força dirigente, “(...) o conjunto de agentes capazes de definir o objetivo político dessa ação, bem como de organizá-la de modo politicamente eficaz” (SAES, 1985, p. 51).



Para Boris Fausto, a burguesia nacional era incapaz de agir como fração de classe no episódio revolucionário. Isso se explica não só pela fragilidade do ponto de vista numérico desta classe e da pequena relevância das atividades econômicas desenvolvidas, como principalmente devido à incapacidade desta burguesia que “não oferece qualquer programa industrialista como alternativa a um sistema cujo eixo é constituído pelos interesses cafeeiros” (FAUSTO, 1970, p. 23).

Diferente das visões que critica, Fausto busca apresentar dados empíricos tanto da situação da indústria como do comportamento político desses grupos sociais para demonstrar que suas posições políticas não podem ser deduzidas de sua atividade econômica. Nesse sentido, sua leitura foge do mecanicismo presente em algumas análises precedentes. Um dos elementos importantes que ele destaca é o apoio não apenas superficial e esporádico, mas a existência uma aliança mais ou menos permanente dos setores industriais com as oligarquias agrárias e o anti-industrialismo presente tanto no partido republicano como no partido democrático.

Podemos afirmar que para Boris Fausto não está colocada a discussão sobre o lugar da Revolução de 30 na revolução burguesa. Isso porque o autor não se pronuncia sobre o tema e não se coloca sobre a polêmica da formação do Brasil como país caracterizado seja por elementos feudais, seja nascido já no interior da ordem capitalista. No entanto, podemos perceber a partir da análise desenvolvida que a Revolução de 30 não representaria a ascensão da burguesia ao poder, nem teria na burguesia seu principal protagonista e, além do mais, nem mesmo seria a burguesia a maior beneficiada com as políticas implementadas no pós 30:

Desde logo, seria estranho que uma revolução, tendo por objetivo ‘consciente ou inconsciente’ a expansão do capitalismo industrial no Brasil, deixasse de sensibilizar o núcleo mais significativo da fração de classe cujos interesses iria promover. Afora essa constatação genérica, nada indica a possibilidade de se operar uma redução em termos latifúndio vs. indústria, para explicar a frente de oposição à candidatura Julio Prestes, formada pelos estados dissidentes (FAUSTO, 1970, p. 39).

Ao tratar da burguesia industrial, Boris Fausto refuta a tese da existência de contradições antagônicas no interior das classes dominantes:

Não obstante a existência de atritos, há entretanto uma *complementariedade básica nos núcleos dominantes do país* – São Paulo e Distrito Federal, em particular - entre os setores agrários e industriais, sob hegemonia da burguesia do café. Isto decorre da própria formação da



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

fração industrial, que nasce com o avanço dos negócios cafeeiros e deles depende para sua própria sobrevivência (FAUSTO, 1970, p. 46).

Com base nisso, podemos afirmar que o autor não nega a existência de conflitos entre os setores agrário e industrial e fundamenta sua crítica, ao que parece, baseando-se na tese da incapacidade da burguesia industrial dos países subdesenvolvidos de elevar-se além da defesa de seus interesses particulares e formular um projeto de desenvolvimento. Essa ideia em relação à burguesia, de sua incapacidade e subordinação ideológica aos setores agrários também estará presente na análise das classes médias ou pequena burguesia:

A pequena burguesia da década de vinte é uma força subordinada. Seu inconformismo para com a prática oligárquica se adapta às cisões da classe dominante (...) funcionando como 'base de massa' de tais cisões (FAUSTO, 1970, p. 84).

Essa é a base de sustentação da segunda parte do livro em que o autor define a classe média paulista também como portadora de uma visão agrarista da sociedade. Já que não possuíam nenhum comprometimento na esfera econômica com os setores industriais, reproduziam os ataques à indústria.

A partir de uma definição bastante imprecisa de classe média, tratando diferentes setores unidos numa mesma categoria social, Boris Fausto vai afirmar que, apesar da simpatia popular, não seria possível imputar às classes medias uma ideologia como a tenentista, que tem como traços essenciais um conteúdo elitista e centralizador. Para o autor a relação entre classe média e tenentismo não se realiza nem na forma de organização dessa classe pelo movimento tenentista nem pela sua representação política no governo. Desse modo, a revolução de 30 não teria representado também para Fausto a ascensão das classes médias ao poder:

O movimento de 1930 não pode ser entendido sem a intervenção das classes médias, mas não é uma revolução destas classes nem no sentido de que elas sejam o setor dominante no curso da revolução, nem de que sejam seus principais beneficiários. Não se nega com isto que certos traços da orientação do governo Vargas, especialmente o maior intervencionismo do Estado, tenham permitido a ampliação de oportunidades para as classes médias e a formação de novos segmentos no seu interior (FAUSTO, 1970, p.84).

Desse modo, a partir das duas críticas sistematizadas, o autor deixa clara sua visão da incapacidade das classes se organizarem de forma autônoma: "Cabe mesmo duvidar da



possibilidade de se desenvolver um movimento autônomo da categoria social, que alcance a dominação política, nas condições gerais da sociedade latino-americana” (FAUSTO, 1970, p. 84). Essa conclusão é fundamental para a compreensão da leitura desse autor acerca da revolução de 1930, enquanto resultado de uma crise que se manifesta principalmente no nível político, apesar do importante impacto da crise econômica no sentido de acelerar as condições para o fim da supremacia da burguesia do café.

Boris Fausto se fundamenta em Francisco Weffort para caracterizar o pós-30 como um período em que nenhum dos grupos participantes do jogo político podem oferecer ao Estado bases para sua legitimidade. Esse compromisso é assumido entre as “várias facções de modo que aqueles que controlam as funções do governo já não representam de modo direto os grupos sociais que exercem sua hegemonia sobre alguns setores básicos da economia e da sociedade” (Fausto, 1970, p. 104).

Esse acordo inclui várias frações da burguesia e setores das classes médias em situação subordinada. Já a classe operária fica à margem desse compromisso e a garantia deste é dada pelo Exército. Nesse sentido, o exército aparece como o grande mediador, acima das classes sociais, enquanto agente autônomo e braço do aparelho estatal responsável por garantir essa nova forma de Estado, mais centralizado e intervencionista. A própria heterogeneidade da classe média é apontada por Boris Fausto como um elemento que explica a necessidade da atuação do aparelho do Estado como mediador da representação de classe.

Para Boris Fausto, portanto, a Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café e representa uma transação no interior das classes dominantes. Com o Estado de compromisso, “as forças armadas tornam-se um fator decisivo como sustentáculo de um estado que ganha maior autonomia em relação ao conjunto da sociedade” (FAUSTO, 1970, p.113).

Desse modo, para Boris Fausto, a revolução de 30 não tem lugar na discussão da revolução burguesa no Brasil nem possui uma classe social como principal protagonista do episódio:

Ao se caracterizar a revolução de 1930, é preciso considerar que as suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade. Esta última circunstância elimina as explicações monistas do episódio, em termos de ascensão da burguesia nacional, revolução das classes médias (FAUSTO, 1970, p. 86).



Os próximos autores a serem apresentados, Luiz Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho estão situados em uma mesma problemática, qual seja a da revolução passiva. A análise de ambos é influenciada pelo pensamento de Antonio Gramsci, especialmente através da apropriação do conceito de revolução passiva gramsciana. Esse conceito, constituído na análise de processos históricos italianos como o *Risorgimento* e o fascismo é utilizado por esses autores brasileiros como chave interpretativa da realidade brasileira e especialmente, da revolução de 1930. Identificando tal processo como uma revolução pelo “alto”, no qual há o deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Diante da incapacidade das classes dominantes de exercer uma efetiva hegemonia em relação às classes populares, a função de dominação política teria sido delegada ao Estado, o qual, de acordo com os autores, teria substituído as classes sociais no papel de protagonista desses processos de transformação.

A interpretação de Luiz Werneck Vianna

No livro publicado em 1978, *“Liberalismo e sindicato no Brasil”*, Luiz Werneck Vianna discute a debilidade constitutiva do liberalismo no Brasil: o capitalismo brasileiro- porque não hegemônico, seria incompatível com organizações efetivamente pluralistas. A eliminação das formas políticas liberais, para Vianna, teria na revolução de 1930 um de seus momentos chaves para a construção do Brasil moderno. Tal revolução, enquanto um importante momento de “reordenação institucional - legal da dominação burguesa”, teria criado as organizações corporativas fundamentais para o estabelecimento da harmonia entre as classes e principalmente, para garantia da acumulação industrial (Vianna, 1978, p.01-02).

Diferente do império, o regime republicano no Brasil, com a adoção do trabalho livre, legitimou os valores liberais e garantiu um novo arranjo institucional que colocava em posição central a figura do homem de negócio. No entanto, na situação singular do capitalismo dependente brasileiro, o indivíduo liberal, principalmente no pós- 30 vai aguardar a intervenção do estado para dar vazão à sua ‘apetitividade’. Isso ocorre porque o burguês emergente na independência, para Vianna, surge à cena sem precisar forçar sua irrupção pela violência, o que ajuda a explicar seu comportamento de classe e sua relação com a oligarquia agrária (Vianna, 1978, p.94- 95).

O autor destaca nesse processo a debilidade dos empresários brasileiros. Pela sua articulação e submissão política aos interesses agrários, estes poderiam dispensar “utopias burguesas de extração revolucionária” (Vianna, 1978, p.88).



A crise de 29 evidencia a crise de hegemonia da ordem agrário-exportadora, baseada no privilégio e na exclusão. Werneck Vianna explica que esse setor manteve o pacto de um “liberalismo excludente” durante a república, baseada na ação particularista do Estado que dirigia. A dependência do mundo exterior tornava esse setor da classe dominante incapaz de manter-se no poder incorporando outras classes sociais sem negar o sistema do qual dependia a realização de seus interesses. É por isso que a crise política que tem seu ápice no episódio da revolução de 30, para Vianna, evidencia uma crise de hegemonia desse setor, incapaz de garantir caráter universalizante ao poder do Estado. Vianna aponta, então, como classe social chave desse processo a elite burguesa agrária não exportadora:

A fração burguesa agrária não exportadora, quando se apropria do aparato do Estado já o faz em aliança com os setores urbano industriais emergentes. Dai ter logo conferido ao novo Estado uma dimensão universalizadora que sempre esteve fora do alcance da oligarquia a que sucedeu. (...)

Preservar o domínio das elites agrárias tradicionais, (...) impunha o estabelecimento de um Estado que pudesse interpretar diferentes aspirações de diferentes grupos sociais. A própria grande propriedade agrária não poderia mais subsistir sem se modernizar. (Vianna, 1978, p.133-134)

Vianna destaca também os limites das camadas médias no sentido de universalizar seus interesses de classe. No entanto, afirma o papel importante que cumpriram nesse processo de luta pela ampliação da participação política. Para este autor, o tenentismo aparece dividido em duas alas: a liberal e do reformismo autoritário. Este último se afasta da classe média e se desenvolve no sentido da consolidação da ideologia tutelar, importante para compreender o período pós-30.

Diferente de Boris Fausto, Werneck Vianna aponta a relação entre o tenentismo e a classe média baseada no seu pertencimento de classe e no seu comportamento político de corporação:

Sugerimos que enquanto o pertencimento de classe predominar no tenentismo, o que ocorreu certamente antes do início da marcha da Coluna Prestes, a ênfase liberal democratizante consistirá no seu traço dominante, e a juventude militar se comportará como o ‘braço armado das camadas médias urbanas’. Os duros embates militares, o isolacionismo político dos rebeldes, a explicitação da tendência reformista, ao contrário, fortalecerão o impulso ‘autonomista’, realçando mais a síndrome corporativo-militar, contida no fato dos tenentes pertencerem, ou terem pertencido, ao aparato estatal. Isso não quer dizer que o vínculo com as camadas médias seja



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

perdido, quando uma dimensão se afirma sobre a outra (Vianna, 1978, p.107).

Para esse autor, o vínculo com as camadas médias é conservado, mas muda de natureza quando a relação de representação real se altera para uma posição de autonomia política:

O processo de autonomização, expresso na ideologia tutelar, entretanto, emancipa de certa forma os militares de seu setor básico de representação. O exercício da tutela implica em que esse estrato alargue sua perspectiva para incluir toda a nação e não simplesmente uma categoria social. Tal processo se efetivou no abandono da pauta liberal dos primeiros tempos da insurreição dos tenentes, tendo como contrapartida o revigoramento da proposta intervencionista (Vianna, 1978, p. 107).

Ainda em relação à autonomização política do Estado, Vianna vai afirmar sua necessidade devido à diversidade de interesses coligados e a impossibilidade de qualquer dos novos detentores do poder impor sua vontade política com base segura de legitimação. Com referência na discussão de Gramsci, Vianna explica que o Estado transfere para o seu interior a solução do impasse que os grupos organizados da sociedade civil são incapazes de resolver. Portanto, é nisso que consiste o limite da autonomia desse Estado: agindo politicamente por sobre e acima das classes, está sempre orientado em função dos interesses econômico-sociais de uma das classes fundamentais (Vianna, 1978, p. 119).

Nisso vai estar o centro de sua análise que caracteriza o estado pós-30: a natureza modernizadora e industrializante do Estado. Vianna define a revolução de 30, a partir da ampliação da capacidade generalizadora do estado, conduzida por uma elite burguesa agrária, como o passo derradeiro para a consumação da revolução burguesa no país. Essa seria, no entanto, uma revolução passiva, referenciada no conceito gramsciano. A partir de mudanças moleculares, numa transição de via reacionária, a chamada via prussiana, as próprias lideranças agrárias tradicionais se apossam da liderança do processo de modernização preservando suas formas autoritárias de controle social.

Na via reacionária, a aceleração da economia vem da força política do Estado e assim como se deu no caso brasileiro, segundo Vianna, o setor agrário mais desenvolvido em termos capitalistas – o agrário exportador – foi desalojado pelo menos desenvolvidos. Essa é a configuração necessária para a implementação de uma política econômica voltada para o mercado interno e de caráter modernizante:



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA: MEMÓRIA E FUTURO Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

A centralização da vida política e econômica do país nas mãos de um Estado intervencionista, a dura disciplina a que se submeteram os fatores de produção, inclusive e principalmente a força de trabalho industrial através da legislação trabalhista, expressam a natureza modernizante do novo estado.(...)Mas, se a revolução 'pelo alto' consiste numa forma de induzir a modernização econômica através da intervenção política, implica, de outro lado, numa 'conservação' do sistema político, embora promova rearranjos nos lugares ocupados pelos seus diferentes protagonistas (Vianna, 1978, p. 140).

A revolução 'pelo alto' assume então essa configuração particular de uma revolução passiva, de um transformismo sem revolução, de modo que a modernização conservadora pode ser garantida através das 'transformações moleculares' dirigidas pelo Estado - principal ator dessa 'revolução sem revolução'.

Carlos Nelson Coutinho e o conceito de revolução passiva

No capítulo IX do Livro *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, de 1999, Carlos Nelson Coutinho analisa a relação entre "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira". Coutinho identifica a partir da segunda metade da década de 1970 um maior interesse no estudo e discussão das obras gramscianas. Para Coutinho, especialmente o conceito de revolução passiva teria uma universalidade importante para entender a peculiaridade brasileira ao fornecer importantes indicações para a análise dos processos de "modernização conservadora" que caracterizariam nossa história. Além disso, esse conceito também seria fundamental por enfatizar o momento superestrutural e político, superando outras explicações de tendência economicista (COUTINHO, 1999, p. 195; 197).

O autor explica que o conceito de revolução passiva, diferente do processo de revolução popular ou jacobina, implica sempre a presença de dois momentos. Um primeiro momento seria de *restauração*, ou seja, de "reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical 'de baixo pra cima'". Já o segundo momento desse processo seria de *renovação*, "na medida em que muitas demandas são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes". Portanto, o aspecto restaurador não anularia o fato de existirem também modificações significativas (COUTINHO, 1999, p. 198-199).

De acordo com a tese de Coutinho, o Brasil teria passado por um processo de modernização capitalista sem ter realizado sua "revolução democrático-burguesa" nos moldes do modelo jacobino, encontrando uma solução pelo alto, com forte protagonismo do Estado na direção desse processo:



10º ENCONTRO

CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO

Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

(...) teve lugar graças ao acordo entre as frações de classe economicamente dominantes, com a exclusão das forças populares e a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. Nesse sentido, todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e pela revolução de 1930), encontraram uma solução ‘pelo alto’, ou seja, elitista e antipopular (COUTINHO, 1999, p. 195).

Essa solução, por meio de modificações moleculares, teria marcado não apenas episódios específicos, como a Ditadura Vargas ou o regime militar-tecnocrático, mas todo o processo de transição do país à modernidade capitalista e, mais recentemente, ao capitalismo monopolista (COUTINHO, 1999, p. 203).

A respeito da Revolução de 1930, que nos interessa aqui pelo paralelo com os demais autores, seria ela então, para Coutinho, um importante exemplo de revolução passiva na história brasileira. O momento de ‘restauração’ desse processo teria como objetivo reagir às pressões ‘de baixo’ que consistiam nas lutas operárias pela conquista de direitos políticos e sociais e na reivindicação das camadas médias urbanas emergentes por maior participação nos aparelhos de poder. Essas pressões, na sua maioria assumiram a forma de um “subversivismo esporádico, elementar e desorganizado” e, portanto, sem condições de levar a cabo uma revolução própria dessas classes. Em resposta às pressões, portanto, é que o setor da oligarquia agrária dominante, mais ligado à produção para o mercado interno, coloca-se à frente da chamada Revolução de 1930, levando à formação de um novo bloco de poder. Nessa nova configuração, “a fração oligárquica ligada à agricultura de exportação é colocada numa posição subalterna, ao mesmo tempo em que se buscava cooptar a ala moderada da liderança político militar das camadas médias (os tenentes)” (COUTINHO, 1999, p. 199-200).

A revolução de 1930 constitui, então, parte importante desse rearranjo no poder que mantém a marginalização dos setores populares e, não suprimidas as tensões, possibilita a sua culminação no “Estado Novo” Vargasista. Neste governo, apoiado pela fração industrial da burguesia e da camada militar, é que se dá continuidade ao segundo momento da revolução passiva através da acelerada industrialização do país promovida com base na combinação entre uma forte repressão, e, ao mesmo tempo, a promulgação de uma série de leis de proteção ao trabalho (COUTINHO, 1999, p. 200).

Para compreendermos a contribuição desse autor, cabe destacar sua visão acerca do papel do Estado em “substituir as classes sociais em sua função de protagonistas dos



processos de transformação e o de assumir a tarefa de 'dirigir' politicamente as próprias classes economicamente dominantes" (COUTINHO, 1999, p. 204). Contudo, essa modalidade de transformação dirigida pelo Estado na transição ao capitalismo não significa para Coutinho que a burguesia brasileira não tenha levado a cabo sua 'revolução'. Ao contrário, ela a teria feito, precisamente, através desse modelo de revolução passiva (COUTINHO, 1999, p. 204).

Por fim, destaca-se na visão do autor a contribuição de Gramsci a respeito de dois importantes efeitos da revolução passiva, comum às mais diversas experiências, inclusive à brasileira: "por um lado, o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil (...) e por outro, a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que implica a exclusão das massas populares" (COUTINHO, 1999, p. 203).

Balanco das contribuições, aproximações e polêmicas

Caio Prado Jr., a partir da crítica às teses do PCB, afasta-se da problemática da revolução democrático-burguesa afirmando que ela não teria ocorrido em nenhum momento da história brasileira, nem consistiria em uma etapa necessária pela qual tal país deveria passar. Para esse autor, a compreensão da realidade brasileira está fundada no entendimento do "sentido da colonização". Desse modo, sua posição é bastante distinta dos demais autores. Para Caio Prado Jr., a formação social brasileira poderia ser caracterizada como capitalista, desde sua colonização. Ao Brasil caberia então a reflexão sobre uma revolução brasileira e não burguesa, baseada nos padrões desenvolvidos pelos países europeus.

Saes, por sua vez, admite a ideia de revolução burguesa no Brasil, porém sob uma ótica distinta daquela analisada por grande parte da historiografia brasileira, a qual se centra na dimensão econômica da revolução. Saes, fundamentado e inspirado na concepção de Nicos Poulantzas, de "Poder político e classes sociais", introduz a dimensão política para o estudo do tema, deslocando assim a discussão para o terreno do Estado, entendido por ele como estrutura jurídico-política. Ao se contrapor à tese de que a revolução de 1930 poderia ser caracterizada como o momento de revolução burguesa no Brasil, Saes afirma que tal revolução teria se dado entre o período de 1888-1891, momento em que têm lugar na história do país a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a Assembleia Constituinte. Esses eventos, decorrentes do movimento de luta de classes no país e da direção da classe de escravos rurais (força principal) e da classe média urbana (força



dirigente), foram responsáveis pela conformação do Estado burguês no Brasil, marco crucial para se falar de uma revolução burguesa.

Boris Fausto e Luiz Werneck Vianna, diferentemente de Saes, focam sua análise nas transformações em torno da revolução de 1930. Apesar de análises bastante distintas, Fausto e Vianna fazem uma leitura da revolução de 30 como um episódio predominantemente conservador, já que não representa um momento de ruptura significativa, drástica, para esses autores. Para esses autores as mudanças se dão no interior da mesma ordem social, sem uma transformação significativa da classe social no poder, ou de uma transformação estrutural fruto de um forte movimento de massas. Para Boris Fausto, a revolução de 30 não representa sequer um momento necessário para o impulsionamento do processo de modernização e industrialização no Brasil. Já para Werneck Vianna, o processo modernizador no pós-30 é levado a cabo pelos setores mais tradicionais da classe dominante, as oligarquias não exportadoras, e garantido pelas estruturas corporativas autoritárias.

Se pensarmos então a revolução como uma ideia que se aplica a mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade, no modelo referenciado na Revolução Francesa, na versão desses dois autores a revolução de 30 não teria sido de fato uma revolução, mas uma mudança no sistema político, na forma de Estado e/ou na esfera institucional, sem a participação direta da burguesia ou das classes subalternas.

Diferente da análise de Boris Fausto, que reduz o Estado pós-30 a uma simples transação, um rearranjo entre as elites, Werneck Vianna, com o conceito de revolução passiva complexifica essa análise e retoma a problemática da revolução burguesa. Nesse sentido, ele destaca que, assim como na Alemanha sob Bismarck e na França de Luiz Bonaparte, as revoluções ocorridas puderam ser consideradas burguesas sem que o Estado fosse dirigido diretamente por essas classes.

Na discussão acerca da autonomia também fica clara uma diferença fundamental entre os dois autores já que a autonomia plena em relação às classes sociais de Boris Fausto toma outra dimensão na leitura de Vianna. Para este, o Estado atua como agente de classe – substituindo, controlando ou orientando as classes sociais a cumprir seu papel. Nesse aspecto a consolidação do corporativismo cumpre um papel fundamental, como apontado acima, na disciplinarização das classes sociais, na cooptação do movimento operário e na garantia da estabilidade necessária para a acumulação capitalista.

Em relação às classes sociais, estas estão presentes na análise de Boris Fausto, mas sem cumprir um papel muito claro. Devido à sua recorrente afirmação da incapacidade



dessas classes, não parece que as classes sociais e a luta de classes são um elemento importante para caracterizar o processo ocorrido em 1930. Já diferentemente, na análise de Vianna, a conformação de um novo bloco no poder frente à crise de hegemonia da elite agrário-exportadora, traz para a discussão as possibilidades de legitimidade das classes dirigirem o Estado e à diferença de seus interesses, mesmo que não antagônicos em certos casos. Também é importante a distinção que o autor faz em relação às classes dirigentes e às classes beneficiadas para entender a dinâmica das classes frente à direção do Estado.

Nesse sentido, só dois aspectos parecem imprecisos na análise de Werneck Vianna: o primeiro e mais importante diz respeito à caracterização da elite agrária não exportadora como possivelmente universalizante dos interesses das classes dominantes e interessada no processo de modernização. O autor parece não explicitar essa característica modernizante desta classe. O outro aspecto diz respeito às classes médias, que aparecem como homogêneas, o que leva em determinado momento à caracterização desta classe afastada do tenentismo, composto de duas vertentes diferenciadas, sendo a outra praticamente esvaziada de conteúdo de classe.

Por fim, gostaríamos de destacar o aspecto mais importante que aproxima os dois autores que é uma visão da revolução de 30 que não passa pela discussão da luta de classes como um todo, ou seja, não reserva à análise um lugar às classes médias e às classes subalternas ou setores urbanos. É evidente que há nesse aspecto diferenças importantes entre os dois autores. Werneck Vianna, de forma bastante interessante, considera o avanço da organização desses setores e o papel importante de cooptação que cumpriu a estrutura corporativa no sentido de domesticar o movimento operário por meio dos sindicatos oficiais. No entanto, em nenhuma das duas análises leva em conta alguma participação relevante desses setores no episódio da revolução de 30.

Desse modo, reforça-se uma perspectiva limitada desse episódio, que de certa maneira exerce um papel ideológico importante ao reproduzir uma análise da revolução de 30 pautada na debilidade das classes – seja a burguesia, seja a classe média ou a massa popular urbana – caracterizando o momento como centrado nas elites ou na ação do Estado para uma revolução que teve muito de conservação e pouco de mudança no sentido da consolidação de novas estruturas sociais. Destacamos aqui a diferença fundamental presente em Werneck Vianna, no sentido de pensar o episódio de 30 no interior do processo de revolução burguesa, mas sendo esse marcado por um tipo de transformação, que para o autor é comum no Brasil, que é o modelo da revolução passiva, da revolução “sem revolução”.



Coutinho se aproxima de Saes ao criticar as leituras economicistas, contudo, segue um caminho bastante diferente deste autor e adota como ponto de partida importante as análises de Vianna. As análises de Carlos Nelson Coutinho e de Luiz Werneck Vianna estão situadas em uma mesma problemática, qual seja a da revolução passiva. A análise de ambos está profundamente influenciada pelo pensamento de Antonio Gramsci, o qual formulou o conceito de revolução passiva para analisar processos históricos italianos como o Risorgimento e o fascismo. Coutinho e Vianna analisam a revolução de 1930 a partir dessa mesma chave interpretativa, identificando tal processo como uma revolução pelo “alto”, no qual há o deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Diante da incapacidade das classes dominantes de exercer uma efetiva hegemonia em relação às classes populares, a função de dominação política teria sido delegada ao Estado, o qual, de acordo com os autores, teria substituído as classes sociais no papel de protagonista desses processos de transformação. Ambos entendem que a revolução burguesa teria sim ocorrido e parte importante dela teria se dado com a revolução de 1930 por meio de uma revolução passiva.

Colocar lado a lado as análises desses autores sobre a realidade brasileira permitiu lançar luz sobre as distintas interpretações acerca do processo de revolução burguesa no Brasil, evidenciando, ao mesmo tempo, as distintas tradições existentes no interior do pensamento social e político brasileiro. Nesse sentido, tal exercício nos instiga a analisar outros momentos históricos e repensar o lugar do Brasil diante das transformações profundas sofridas nas últimas décadas.

Referências Bibliográficas:

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2010 [1942].

SAES, Décio. *A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1966].

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

_____. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. *Dados* [online]. 1996, vol.39, n.3 [cited 2012-12-03]. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0011-5258. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581996000300004>.